

## Anuários Estatísticos Regionais

2020

### Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal

O INE divulga os Anuários Estatísticos Regionais, disponibilizando um conjunto vasto de informação estatística à escala regional e municipal. Dos temas alvo de análise neste destaque salienta-se:

- **Na Construção e habitação**, em 2020, 46 municípios, localizados maioritariamente no Algarve e Área Metropolitana de Lisboa, registaram preços da habitação acima do valor nacional (1 188 €/m<sup>2</sup>), destacando-se com valores superiores a 2 000 €/m<sup>2</sup>, Lisboa (3 377 €/m<sup>2</sup>), Cascais (2 787 €/m<sup>2</sup>), Oeiras (2 353 €/m<sup>2</sup>), Loulé (2 286 €/m<sup>2</sup>), Porto (2 142 €/m<sup>2</sup>), Albufeira (2 026 €/m<sup>2</sup>) e Lagos (2 016 €/m<sup>2</sup>).
- **No Turismo**, num quadro de diminuição da procura de alojamentos turísticos, em 2020, o número de dormidas por 100 habitantes foi menos de metade do registado no ano anterior em 114 municípios. Deste conjunto, destacavam-se, os municípios de Machico (-83,7%), Ribeira Brava (-80,4%), Ourém (-77,9%), Vila Franca do Campo (-77,7%), Ponta Delgada (-76,2%) e Lisboa (-75,2%).
- **Na Administração regional e local**, em 72 dos 308 municípios, a receita própria representou mais de 50% da receita total das operações não financeiras em 2020, destacando com valores mais elevados Lisboa (89,9%), Loulé (88,1%), Lagoa (87,3%) e Albufeira (85,9%).
- **Na Participação Política**, a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve registaram as maiores taxas de abstenção na votação de 2021 para as Câmaras Municipais. Destacando-se os municípios de Sintra (59,9%), Loulé (59,6%) e Olhão (59,1%) com os maiores valores.

A edição de 2021 dos Anuários Estatísticos Regionais dá continuidade ao novo formato de divulgação por subcapítulo, iniciado no ano anterior, na área dedicada aos Municípios do Portal de Estatísticas Oficiais, permitindo uma consulta mais direta aos dados integrados das sete regiões NUTS II do país.

Os conteúdos são apresentados em [Dossiês temáticos – Municípios – Anuários Estatísticos Regionais](#) encontrando-se organizados em quatro grandes capítulos — O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado — que, por sua vez, se subdividem em 27 subcapítulos de informação (ver nota técnica no final do destaque).

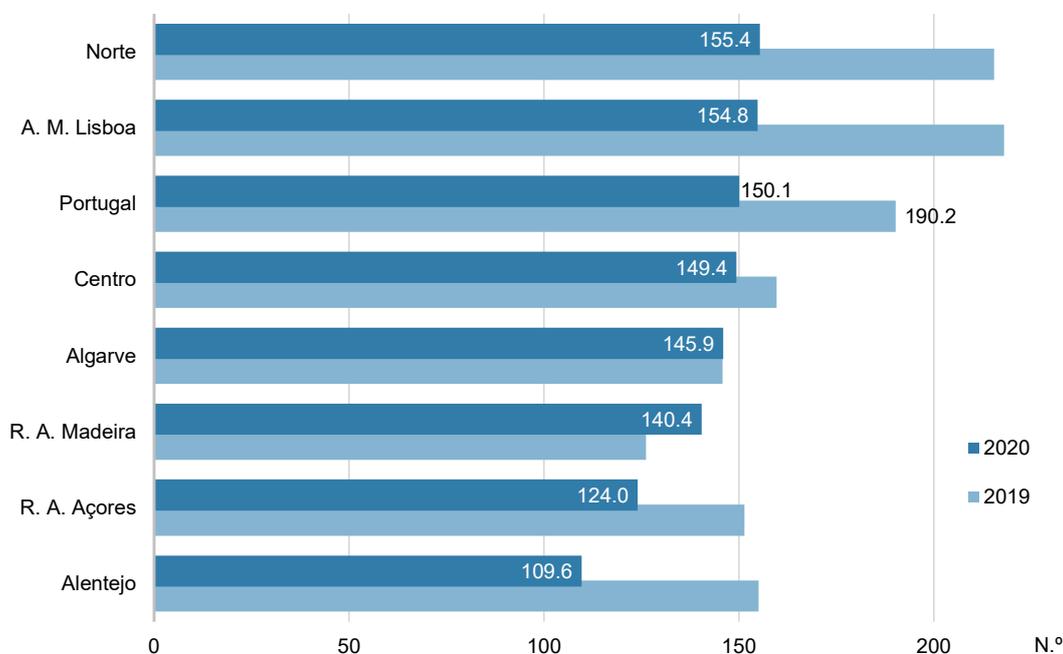
Apresenta-se em seguida uma breve análise de alguma da informação disponibilizada nos seguintes subcapítulos: Construção e Habitação, Turismo, Administração Regional e Local e Participação Política.

## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

Em 2020, foram concluídos 16 710 e licenciados 25 083 fogos em construções novas para a habitação familiar, em Portugal, o que se traduziu num rácio de 150,1 fogos licenciados por 100 fogos concluídos.

Em 2020, a relação entre o número de fogos licenciados e concluídos – indicador que pretende medir a potencial oferta futura de habitação – registou uma diminuição comparativamente a 2019 (190,2). Esta evolução foi visível em 5 das 7 regiões do país, destacando-se, com as diminuições superiores a 25%, o Alentejo (109,6 fogos licenciados por 100 fogos concluídos em 2020 e 155,0 em 2019), a Área Metropolitana de Lisboa (154,8 em 2020 e 218,1 em 2019) e o Norte (155,4 em 2020 e 215,4 em 2019).

**Figura 1 – Fogos licenciados por 100 fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, Portugal e NUTS II, 2019 e 2020**



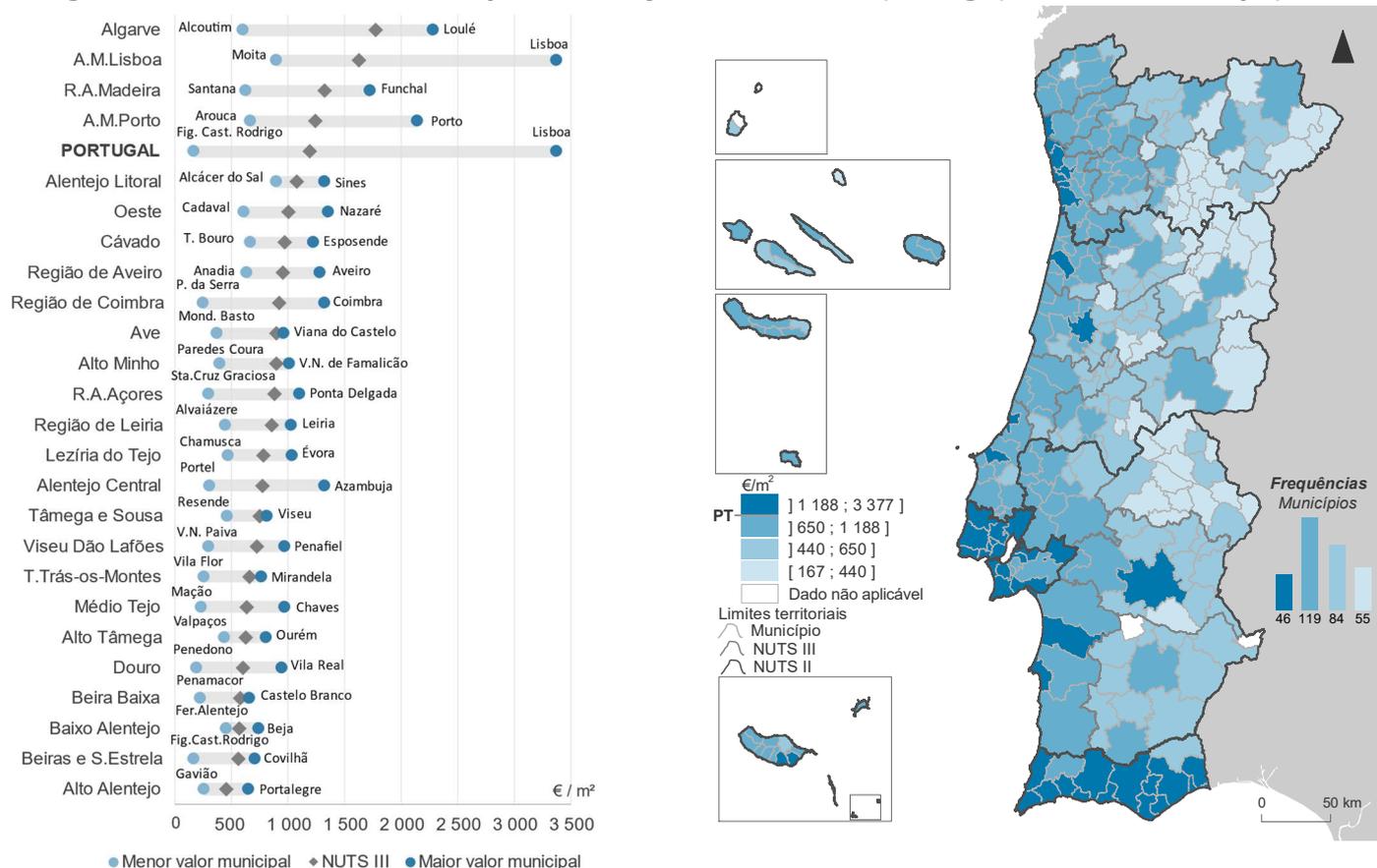
**Fonte:** INE, I.P., Inquérito aos Projetos de Obras de Edifícios e de Demolição de Edifícios e Estatísticas das Obras Concluídas.

Em 2020, o preço mediano de alojamentos familiares em Portugal foi 1 188 €/m<sup>2</sup>, aumentando +9,9% relativamente ao ano anterior. O Algarve (1 771 €/m<sup>2</sup>), a Área Metropolitana de Lisboa (1 630 €/m<sup>2</sup>), a Região Autónoma da Madeira (1 322 €/m<sup>2</sup>) e a Área Metropolitana do Porto (1 240 €/m<sup>2</sup>) destacaram-se com valores acima da média nacional.

No período em análise, 46 municípios apresentaram um preço mediano superior ao valor nacional, localizados maioritariamente nas sub-regiões Algarve (14 em 16 municípios) e Área Metropolitana de Lisboa (15 em 18). O município de Lisboa (3 377 €/m<sup>2</sup>) registou o preço mais elevado do país. Verificaram-se também valores superiores a 2 000 €/m<sup>2</sup> em Cascais (2 787 €/m<sup>2</sup>), Oeiras (2 353 €/m<sup>2</sup>), Loulé (2 286 €/m<sup>2</sup>), Porto (2 142 €/m<sup>2</sup>), Albufeira (2 026 €/m<sup>2</sup>) e Lagos (2 016 €/m<sup>2</sup>).

A Área Metropolitana de Lisboa foi a sub-região com a maior amplitude de preços entre municípios (2 477 €/m<sup>2</sup>): o menor valor registou-se na Moita (900 €/m<sup>2</sup>) e o maior em Lisboa. O Algarve, a Área Metropolitana do Porto, a Região Autónoma da Madeira, a Região de Coimbra e o Alentejo Central apresentaram também diferenciais de preços entre municípios superiores a 1 000 €/m<sup>2</sup>.

**Figura 2 - Valor mediano das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos familiares, Portugal, NUTS III<sup>1</sup> e município, 2020**



**Fonte:** INE, I.P., Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local.

A Figura 3 permite comparar os valores da avaliação realizada pelos bancos com o valor praticado no mercado de aquisição de habitação. A figura representa a posição dos municípios num referencial que conjuga o valor por m<sup>2</sup> das avaliações bancárias na habitação (eixo das ordenadas) com o preço por m<sup>2</sup> das aquisições de habitação (eixo das abcissas)<sup>2</sup>.

No gráfico foram traçadas duas linhas: a de cor azul, a bisetriz, representa a igualdade de valores entre os dois indicadores; a outra linha, a cinzenta, representa a relação tendencial entre os dois indicadores nos 222 municípios com dados em 2020<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> De acordo com o Regulamento Europeu n.º 868/2014, as unidades territoriais de nível 3 (NUTS III) correspondem em Portugal a unidades administrativas: as Entidades Intermunicipais – Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas – no Continente e as Regiões Autónomas.

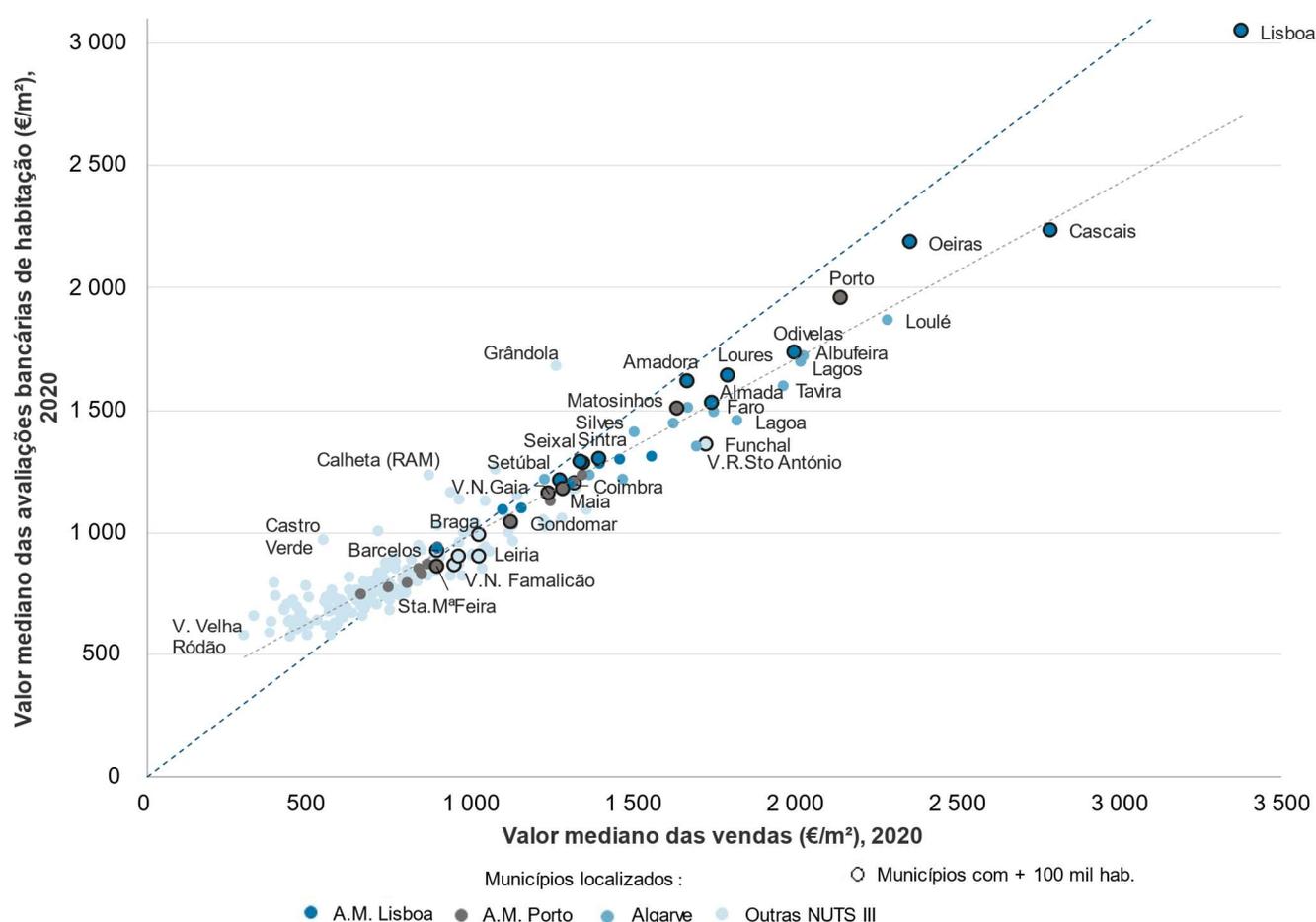
<sup>2</sup> Note-se que as observações da Avaliação Bancária não correspondem exatamente ao universo das aquisições efetivas, dado que nem todas as habitações transacionadas são alvo de avaliação bancária. Nem sempre as avaliações acabam por ter como sequência a realização de transações e existe um hiato temporal entre o momento da avaliação e da efetiva transação.

<sup>3</sup> Considerando os 222 municípios com valores, o nível de associação linear entre o comportamento dos preços da habitação e dos valores de avaliação bancária, aferido pelo Coeficiente de Correlação de Pearson, foi +0,96.

A comparação entre estas duas linhas sugere, tendencialmente, um valor menor de avaliação relativamente aos preços de transação em municípios com preços medianos superiores a 960 €/m<sup>2</sup>, valor no qual se cruzam as duas linhas.

Tendo como referência a bissetriz, verificam-se menores valores de avaliação bancária relativamente aos preços, na generalidade dos municípios do Algarve (13 em 13 municípios representados), da Área Metropolitana de Lisboa (17 em 18 municípios) e da Área Metropolitana do Porto (12 em 17). Neste contexto, salientam-se em particular os municípios de Cascais (-551 €/m<sup>2</sup> face ao preço) e Lisboa (-328 €/m<sup>2</sup>), na A.M. Lisboa e de Loulé (-419 €/m<sup>2</sup>) e Tavira (-368 €/m<sup>2</sup>), no Algarve, posicionados no gráfico abaixo da linha azul.

**Figura 3 - Valor mediano das avaliações bancárias na habitação por m<sup>2</sup> e preço mediano das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos familiares, município, 2020**



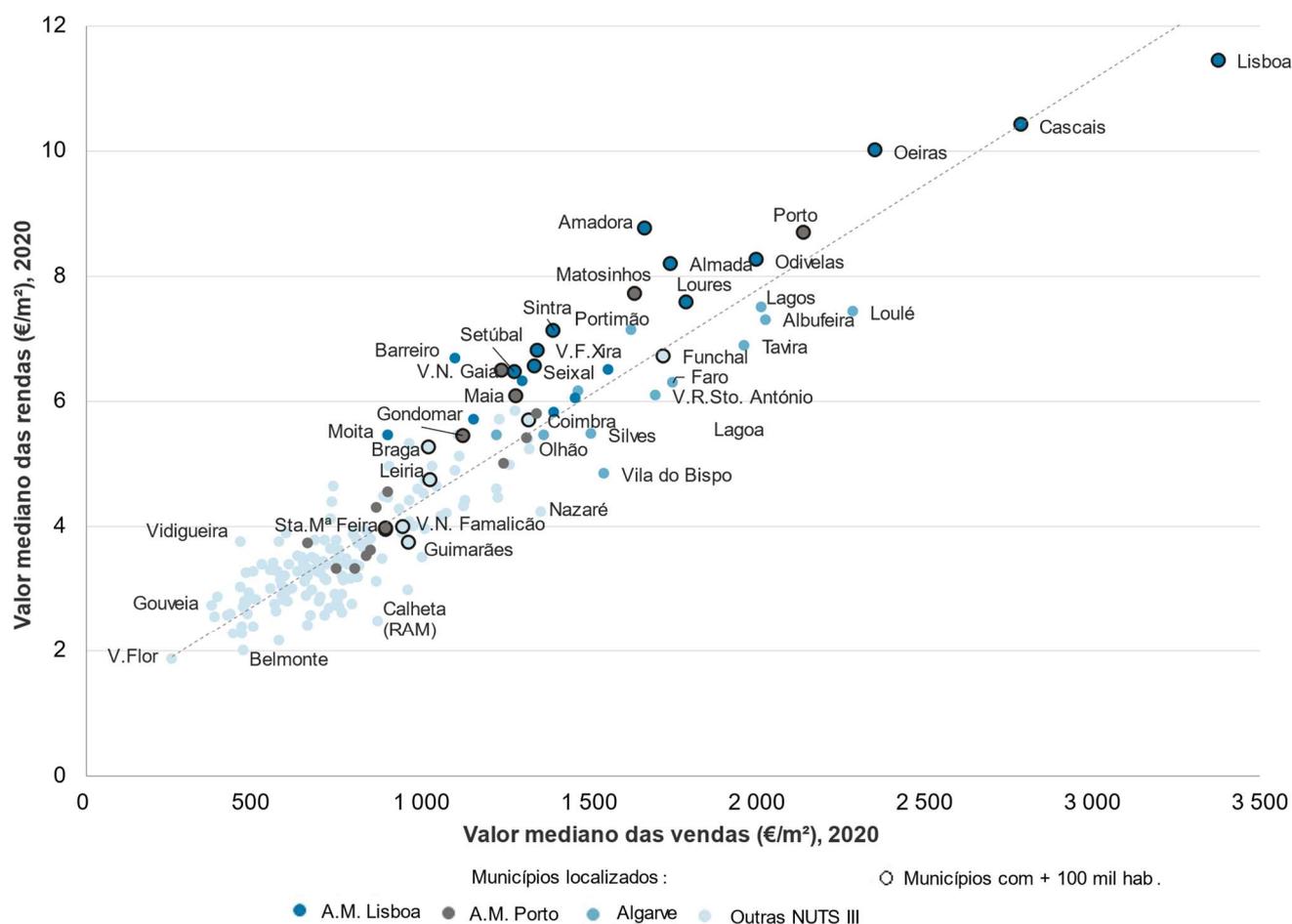
**Fonte:** INE, I.P., Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local e Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação.

**Nota:** O gráfico apresenta os 222 municípios com informação na operação Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação.

A Figura 4 permite comparar o valor da habitação entre o mercado de arrendamento e o mercado de aquisição ao nível local.

Tendo como referência a linha de tendência<sup>4</sup>, verifica-se a aparente sobrevalorização dos valores de arrendamento, face aos valores dos preços da habitação, na maioria dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa – salientando-se a exceção do município de Lisboa –, na maioria dos municípios da Área Metropolitana do Porto e, de uma forma geral nos municípios com mais de 100 mil habitantes. Diversamente nota-se uma subvalorização relativa das rendas na generalidade dos municípios do Algarve.

**Figura 4 - Valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares e preço mediano das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos familiares, município, 2020**



**Fonte:** INE, I.P., Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local e Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local.

**Nota:** O gráfico apresenta os 199 municípios com informação nas Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local.

## TURISMO

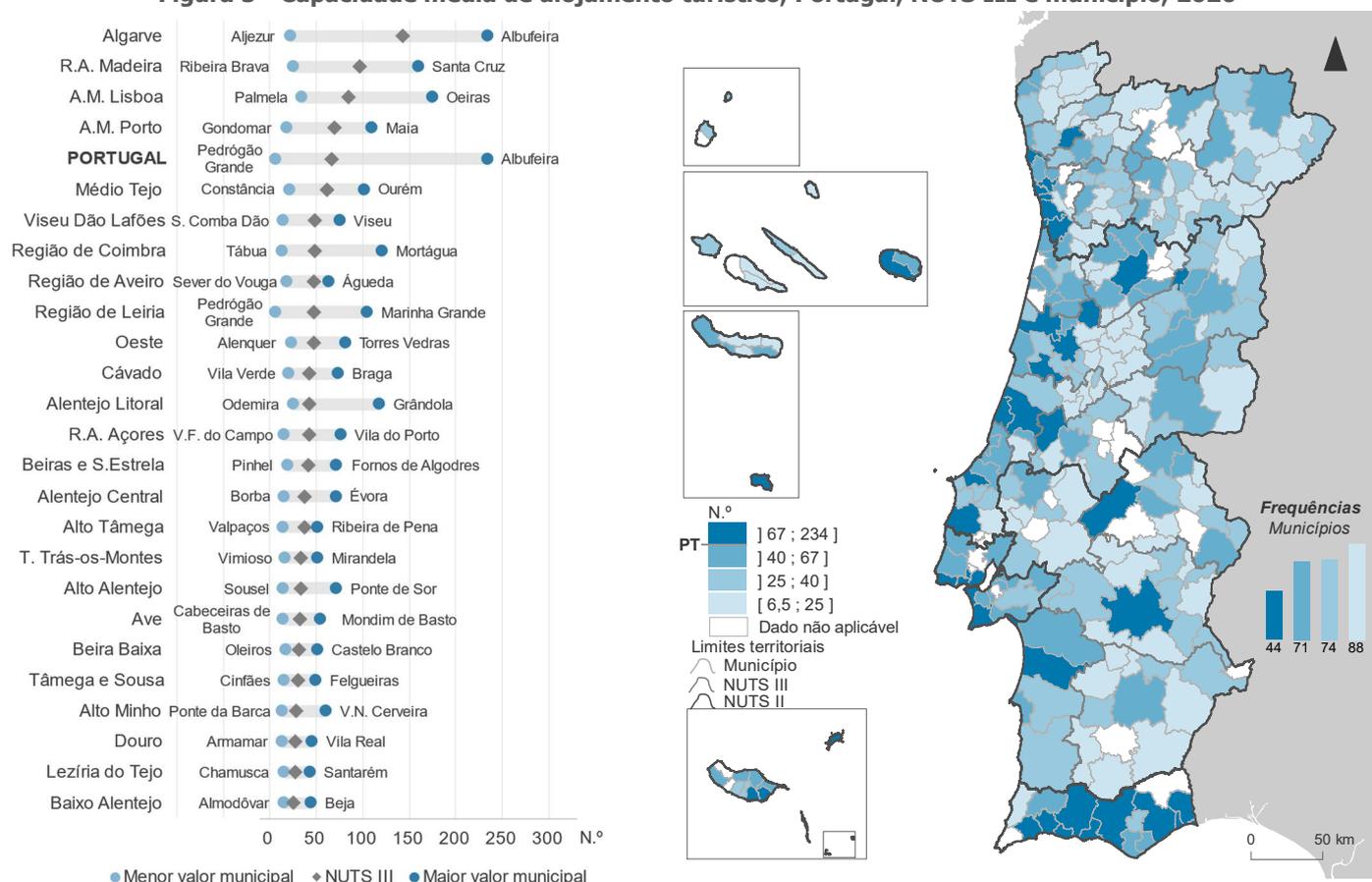
Em 2020, a capacidade média de alojamento turístico, que relaciona a capacidade total com o número de estabelecimentos, foi de 67 camas por alojamentos, valor superior ao verificado em 2019 (65). Em 2020, face ao ano anterior, verificou-se um aumento da capacidade dos alojamentos turísticos em seis das sete regiões NUTS II do país: apenas a Região Autónoma da Madeira apresentou um decréscimo.

<sup>4</sup> Considerando os 199 municípios com valores, o nível de associação linear entre o comportamento dos preços da habitação e os valores de novos contratos de arrendamento, aferido pelo Coeficiente de Correlação de Pearson, foi +0,93.

O padrão territorial da capacidade média de alojamento turístico, em 2020, evidenciava 44 municípios com valores superiores à média nacional localizados, maioritariamente, no Algarve e nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. Em particular, salientaram-se, com valores acima de 100 camas por alojamento, Albufeira (234), Vila Real de Santo António (193), Lagoa (185), Portimão (170), Loulé (140), Silves (124) e Tavira (114) no Algarve, Oeiras (175), Amadora (114) e Sesimbra (105) na Área Metropolitana de Lisboa, Santa Cruz (160), Porto Santo (152) e Funchal (124) na Região Autónoma da Madeira, Maia (110) e Espinho (101) na Área Metropolitana do Porto, Mortágua (121), Marinha Grande (105) e Ourém (102) no Centro e, Grândola (118) no Alentejo.

O Algarve registou a maior assimetria entre municípios da capacidade média de alojamento turístico: o menor valor registou-se em Aljezur (22) e o maior no município de Albufeira.

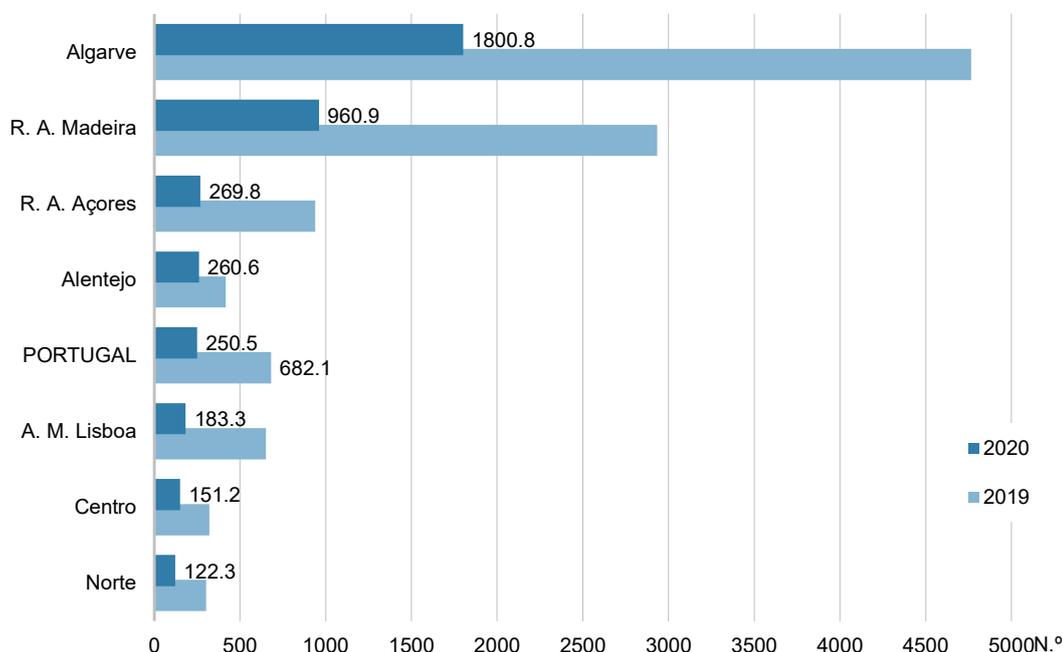
**Figura 5 - Capacidade média de alojamento turístico, Portugal, NUTS III e município, 2020**



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Turismo.

Em 2020, o número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes foi de 250,5 em Portugal, o que se traduziu numa diminuição de cerca de 63% face ao ano anterior. Esta diminuição da procura turística, devido sobretudo à pandemia COVID-19, foi comum às regiões NUTS II que, com exceção do Alentejo (-37,5%), apresentaram uma diminuição do número de dormidas por 100 habitantes de mais de 50% relativamente a 2019.

**Figura 6 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes, Portugal e NUTS II, 2019 e 2020**



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Turismo.

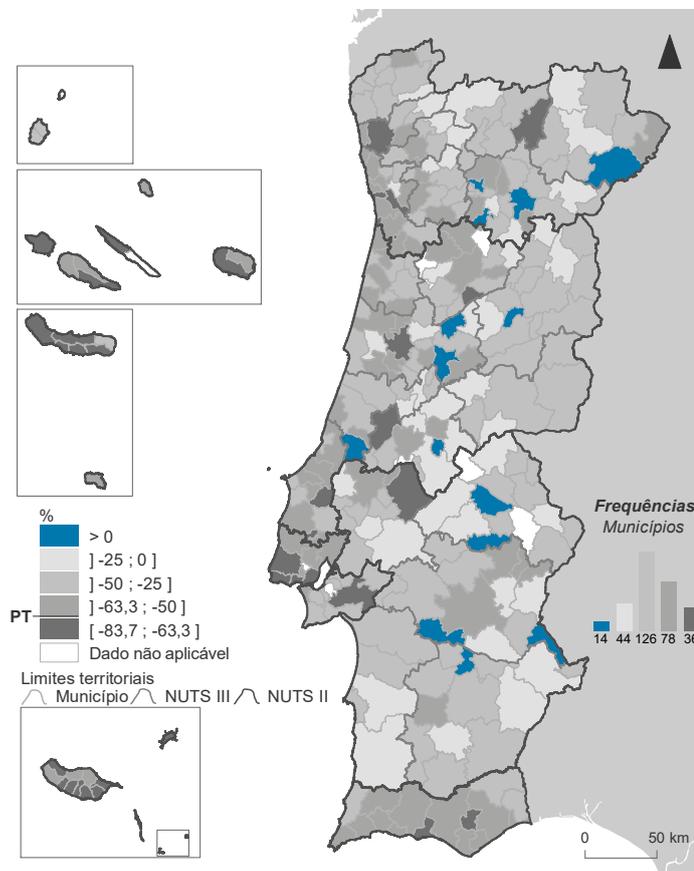
A análise ao nível municipal da taxa de variação do número de dormidas por 100 habitantes em 2020, revela bem o impacto que a situação pandémica provocou na contração da procura de alojamento turístico: dos 298 municípios com informação disponível apenas 14 registaram valores positivos neste indicador.

Em 114 municípios, o número de dormidas por 100 habitantes em 2020 foi menos de metade do registado no ano anterior. Estes municípios localizavam-se maioritariamente nas regiões autónomas da Madeira (11 em 11 municípios) e dos Açores (14 em 17 com informação disponível), nas áreas metropolitanas do Porto (13 em 17) e de Lisboa (10 em 16 com informação disponível) e no Algarve (13 em 16). Deste conjunto, destacavam-se, com diminuições superiores a 75%, os municípios de Machico (-83,7%), Ribeira Brava (-80,4%), Ourém (-77,9%), Vila Franca do Campo (-77,7%), Ponta Delgada (-76,2%) e Lisboa (-75,2%).

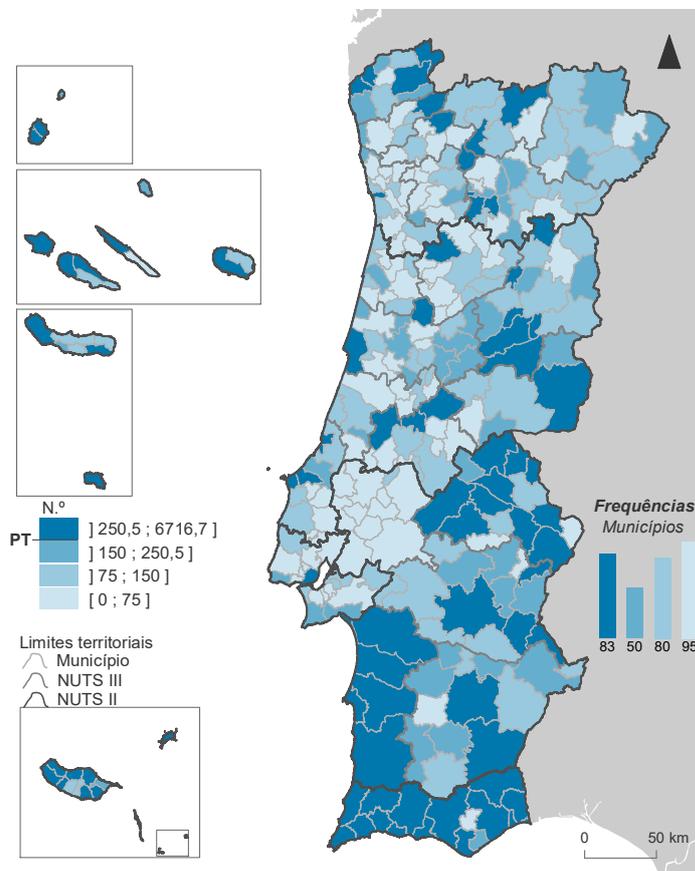
Em 2020, em 83 municípios o número de dormidas por 100 habitantes foi superior à média nacional. Os valores mais elevados, superiores a 1 000 dormidas por 100 habitantes, registaram-se maioritariamente em municípios do Algarve (10 em 16 municípios), nos municípios de Porto Santo (3 063,7), Funchal (1 551,4) e Calheta (1401,0) da Região Autónoma da Madeira, em Grândola (1 966,8) no Alentejo Litoral, Terras de Bouro (1729,9) no Cávado e, no município de Manteigas (1 495,5) na sub-região de Beiras e Serra da Estrela.

Albufeira era, em 2020, o município do país com maior intensidade turística medida através deste indicador ao registar 6 716,7 mil dormidas por 100 habitantes (em 2019, este valor foi de 20 636).

**Figura 7 - Taxa de variação anual das dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes, Portugal e município, 2020**



**Figura 8 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes, Portugal e município, 2020**



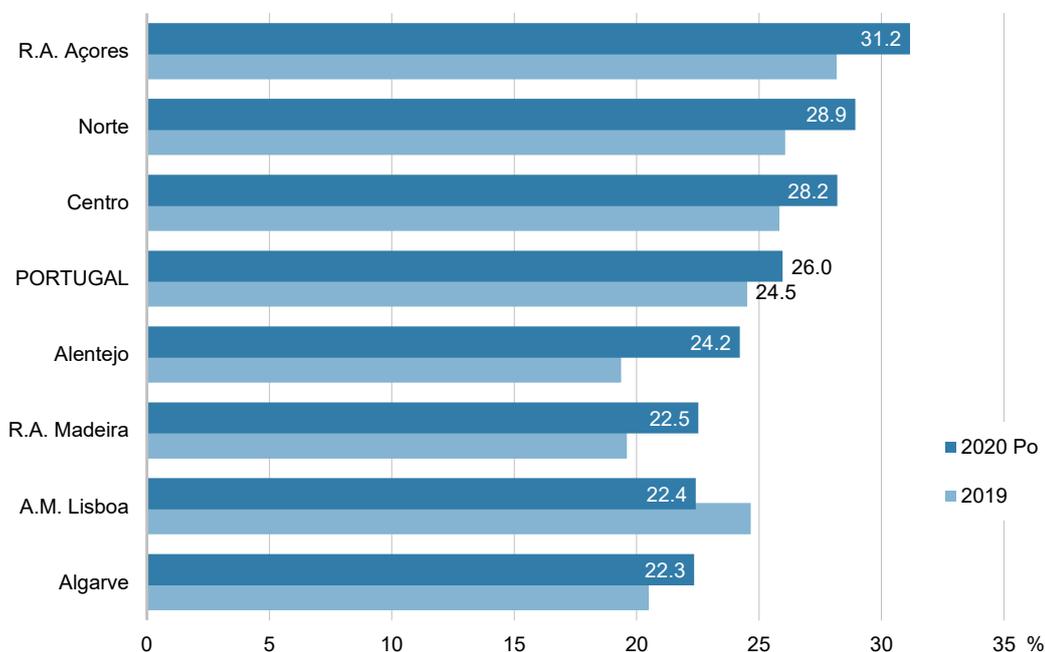
Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Turismo.

## ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL

A informação provisória proveniente da prestação de contas das câmaras municipais revela que, em 2020, a despesa de capital das câmaras municipais foi de cerca de 2 153 milhões de euros, representando 26% do total da despesa das operações não financeiras<sup>5</sup>. Face a 2019 verificou-se, em 2020, um aumento do peso da despesa de capital em todas as regiões NUTS II do país, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa (-2,3 p.p.).

<sup>5</sup> Corresponde às despesas que alteram definitivamente o património financeiro líquido, ou seja, à soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, de natureza corrente e de capital, com exclusão dos "ativos financeiros" e "passivos financeiros".

**Figura 9 – Despesa de capital no total de despesas das operações não financeiras das câmaras municipais, Portugal e NUTS II, 2019 e 2020 Po**



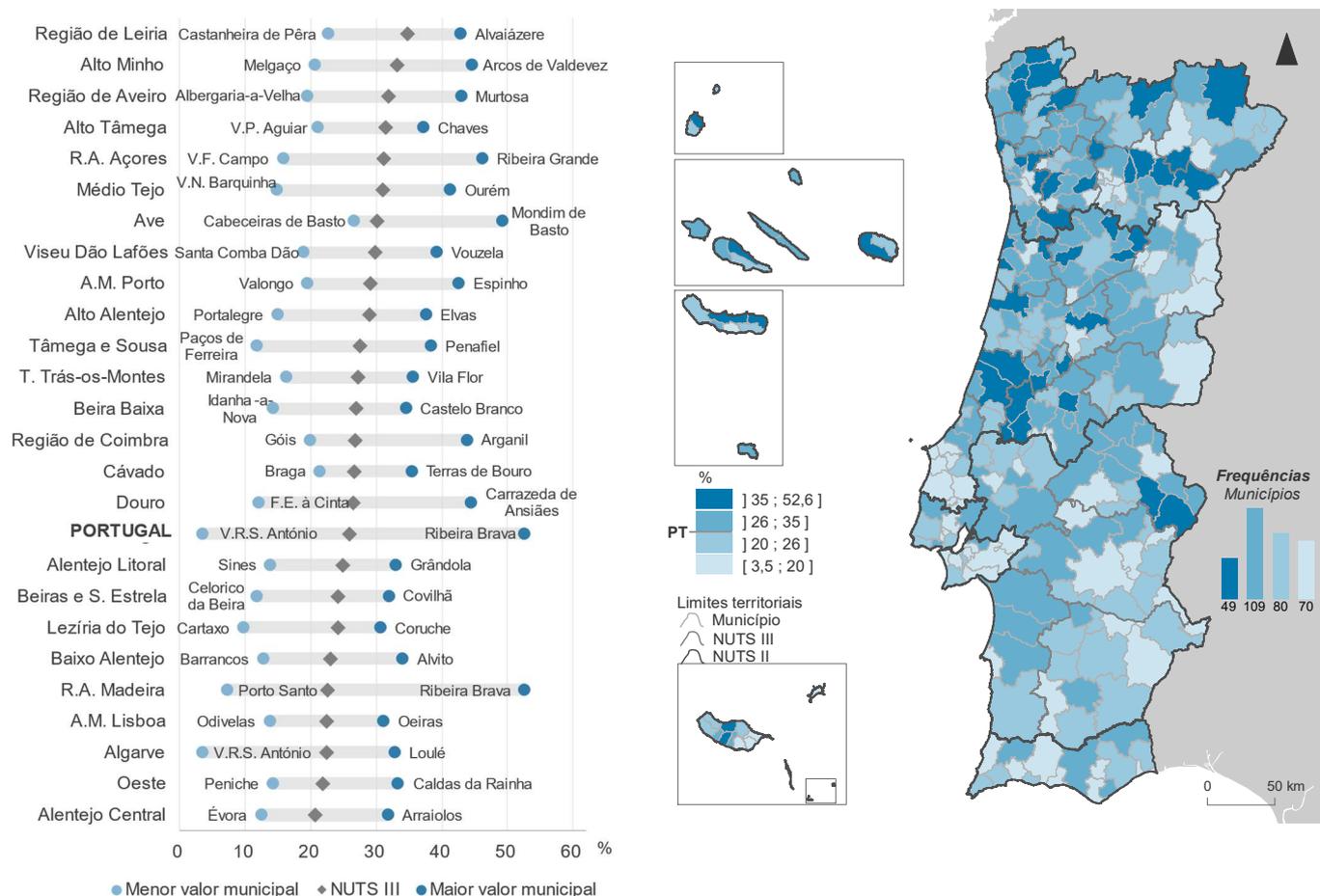
Po - dados provisórios.

**Fonte:** Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública – Direção-Geral das Autarquias Locais (SISAL).

Em 2020, em 158 dos 308 municípios, o peso da despesa de capital no total de despesa das operações não financeiras foi superior à média nacional. Os valores mais elevados, superiores a 35%, verificaram-se em municípios maioritariamente localizados nas regiões do Norte, Centro e Região Autónoma dos Açores. O município de Ribeira Brava (52,6%) registou a maior proporção de despesa de capital no total de despesa seguido de Mondim de Basto (49,3%) e Ribeira Grande (46,3%) também com valores superiores a 45%.

A Região Autónoma da Madeira apresentou, em 2020, a maior assimetria entre municípios considerando peso da despesa de capital no total da despesa das operações não financeiras: o menor valor registou-se em Porto Santo (7,3%) e o maior no município de Ribeira Brava.

**Figura 10 – Despesa de capital no total de despesas das operações não financeiras das câmaras municipais, Portugal, NUTS III e município, 2020 Po**



Po - dados provisórios.

Fonte: Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública – Direção-Geral das Autarquias Locais (SISAL).

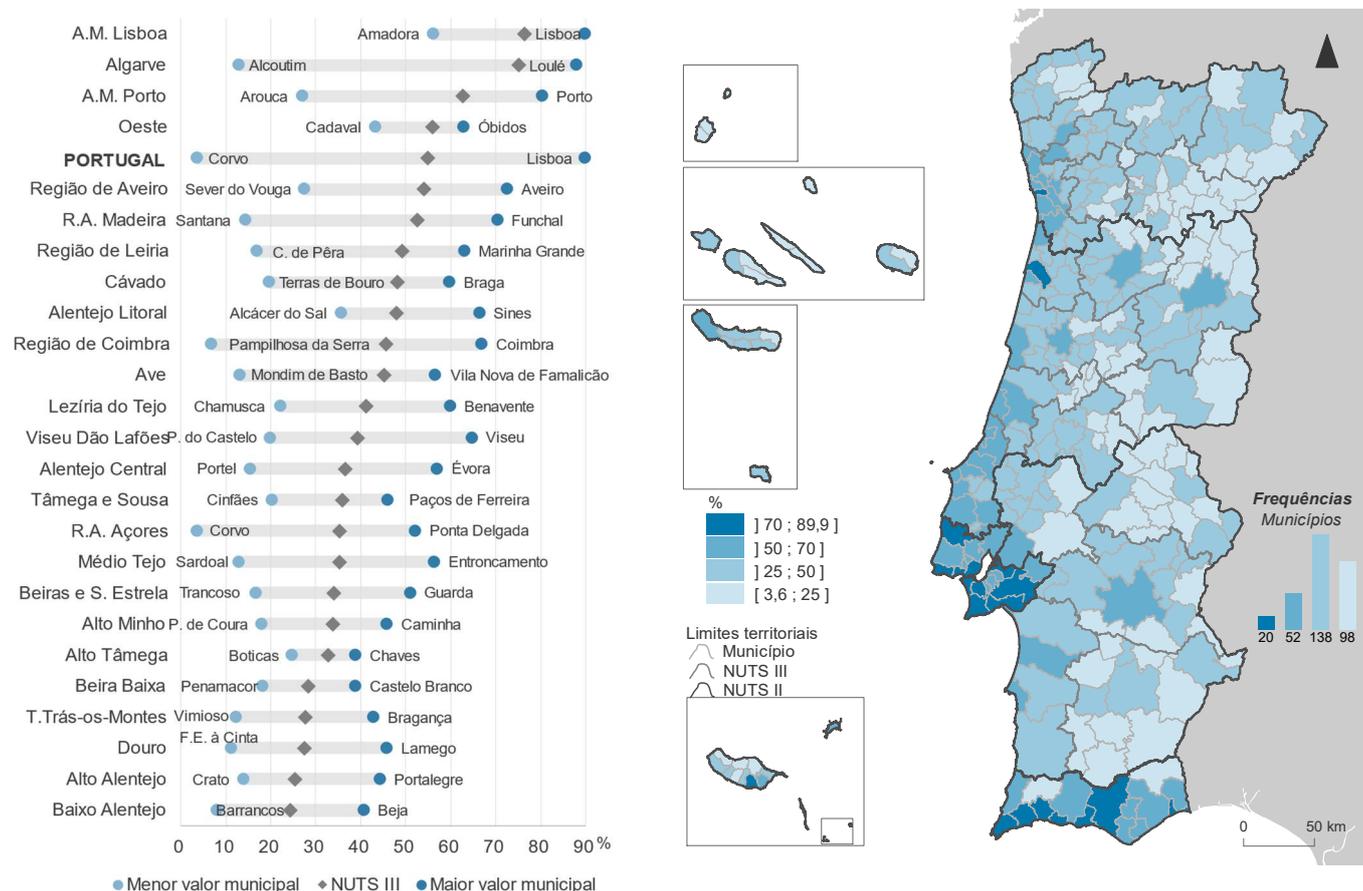
Em 2020, em 72 dos 308 municípios, a receita própria<sup>6</sup> representou mais de metade da receita total das operações não financeiras. As câmaras municipais que apresentaram maior peso da receita própria no total de receita – superior a 85% – foram Lisboa (89,9%), Loulé (88,1%), Lagoa (87,3%) e Albufeira (85,9%), evidenciando, assim, um menor grau de dependência financeira.

A análise por município permite destacar o Litoral do Continente com proporções mais elevadas neste indicador evidenciando-se a Área Metropolitana de Lisboa – onde em todos os municípios a receita própria representou mais de 50% da receita total das operações não financeiras –, e a maioria dos municípios da região do Algarve. Na Região Autónoma da Madeira destacavam-se, com maior autonomia financeira, as câmaras municipais do Funchal (70,4%), Santa Cruz (67,6%) e Porto Santo (58,9%). Na Região Autónoma dos Açores apenas no município de Ponta Delgada (52,2%) a receita própria representava mais de metade do valor total da receita.

<sup>6</sup> A receita própria engloba a receita proveniente de impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, vendas de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, vendas de bens de investimento, ativos financeiros, outras receitas de capital e reposições não abatidas nos pagamentos.

O Algarve foi a sub-região que, em 2020, apresentou a maior assimetria entre municípios considerando o peso da receita própria no total de receitas das operações não financeiras das câmaras municipais: o menor valor registou-se no município de Alcoutim (12,9%) e o maior em Loulé (88,1%).

**Figura 11 - Receita própria no total de receita das operações não financeiras das câmaras municipais, Portugal, NUTS III e município, 2020 Po**



Po - dados provisórios.

**Fonte:** Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública – Direção-Geral das Autarquias Locais (SISAL).

Em 2020, o valor da receita proveniente da participação comunitária em projetos cofinanciados<sup>7</sup> foi de cerca de 389 milhões de euros (+22% que em 2019), representando 42,7% das receitas de capital das operações não financeiras.

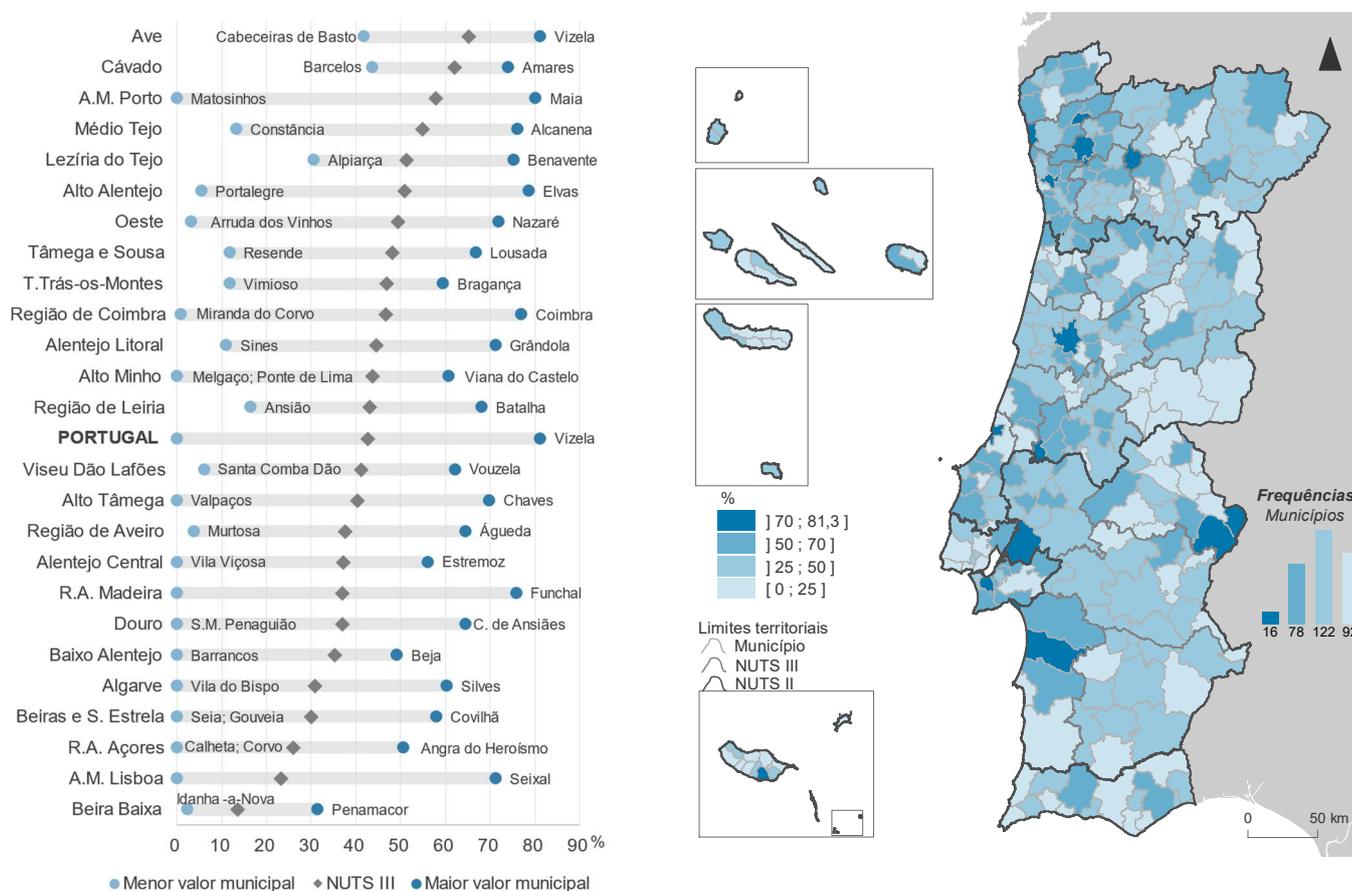
Em 13 das 25 NUTS III o peso da participação comunitária em projetos cofinanciados nas receitas de capital era superior à média nacional, destacando-se, com valores superiores a 50%, Ave (65,2%), Cávado (62,0%) e Área Metropolitana do Porto (57,9%), no Norte, Médio Tejo (54,8%), no Centro, e Lezíria do Tejo (51,3%) e Alto Alentejo (50,8%) na região do Alentejo. Por outro lado, nas sub-regiões da Beira Baixa (13,5%), Área Metropolitana de Lisboa (23,2%) e Região Autónoma dos Açores (26,1%) a participação comunitária em projetos cofinanciados representava menos de 30% das receitas de capital das operações não financeiras.

<sup>7</sup> Receitas provenientes da União Europeia que se destinem à comparticipação comunitária nos projetos cofinanciados.

Ao nível municipal, em 94 dos 308 municípios, a receita proveniente da participação comunitária em projetos cofinanciados representou mais de metade da receita de capital das operações não financeiras. Os municípios de Vizela (81,3%) e Maia (80,3%) registaram os valores mais elevados neste indicador.

A Área Metropolitana do Porto foi a sub-região que, em 2020, apresentou a maior assimetria entre municípios considerando o peso da receita da participação comunitária em projetos cofinanciados na receita de capital das operações não financeiras das câmaras municipais: o menor valor registou-se no município de Matosinhos (0%) e o maior na Maia.

**Figura 12 - Participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital das operações não financeiras das câmaras municipais, Portugal, NUTS III e município, 2020 Po**



Po - dados provisórios.

**Fonte:** Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública – Direção-Geral das Autarquias Locais (SISAL).

**Nota:** No gráfico, o menor valor municipal para a Região Autónoma da Madeira é referente aos municípios de Calheta, Ponta do Sol, Porto Santo, Santana, São Vicente e, na Área Metropolitana de Lisboa aos municípios de Loures, Palmela e Sintra. Em Portugal, o menor valor municipal é referente aos municípios de Melgaço, Ponte de Lima, Matosinhos, Valpaços, Santa Marta de Penaguião, Gouveia, Seia, Loures, Palmela, Sintra, Barrancos, Vila Viçosa, Vila do Bispo, Calheta (RAA), Corvo; Calheta (RAM), Ponta do Sol, Santana, São Vicente e Porto Santo.

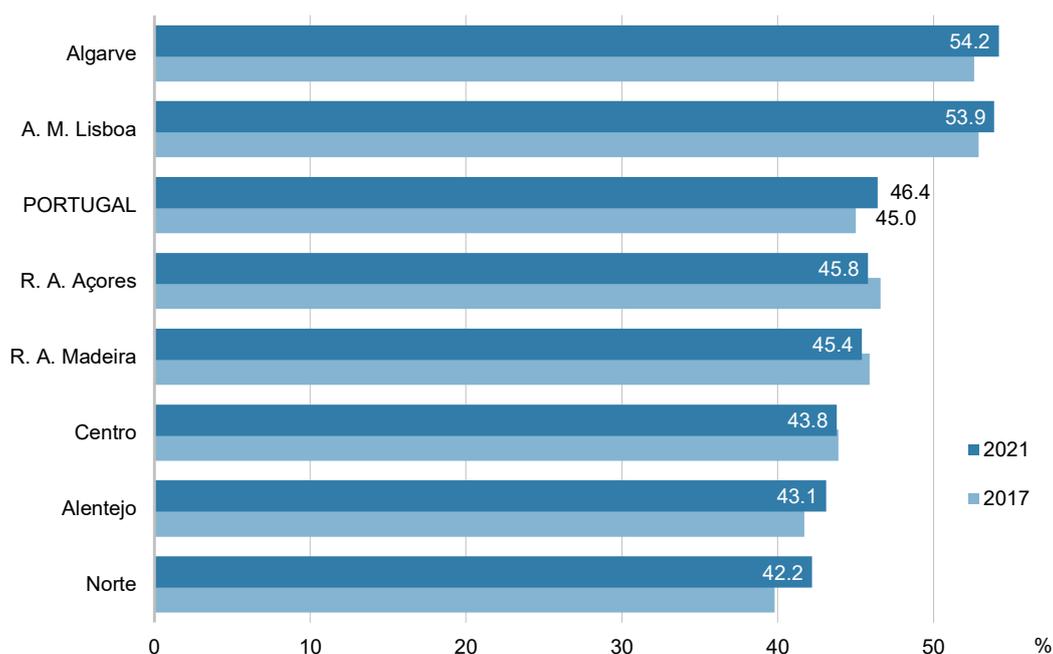
**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

A taxa de abstenção em Portugal na eleição para as Autarquias Locais, realizada a 26 de setembro de 2021, atingiu 46,4% na votação para as Câmaras Municipais. Este valor foi superior ao verificado na eleição homóloga de 2017, que registou uma taxa de abstenção de 45,0%.

O Algarve (54,2%) e a Área Metropolitana de Lisboa (53,9%) foram as regiões NUTS II que registaram taxas de abstenção superiores a 50% e superiores aos verificados na eleição de 2017. O Norte (42,2%) e o Alentejo (43,1%) registaram as taxas de abstenção mais baixas do país mas ainda assim também apresentaram valores de abstenção acima dos de 2017.

Nas regiões autónomas dos Açores (45,8%) e da Madeira (45,4%) e no Centro (43,8%), a taxa de abstenção na eleição de 2021 para as câmaras municipais foi inferior à média nacional verificando-se também um aumento da participação eleitoral face a 2017.

**Figura 13 – Taxa de abstenção na eleição para as Autarquias Locais - Câmaras Municipais, Portugal e NUTS II, 2017 e 2021**



Fonte: Secretaria-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral.

Ao nível das NUTS III, 6 sub-regiões registaram taxas de abstenção acima da média nacional: já referidas Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve, e ainda a Lezíria do Tejo (49,0%), Região de Aveiro (48,4%), Área Metropolitana do Porto (48,1%) e Oeste (46,6%).

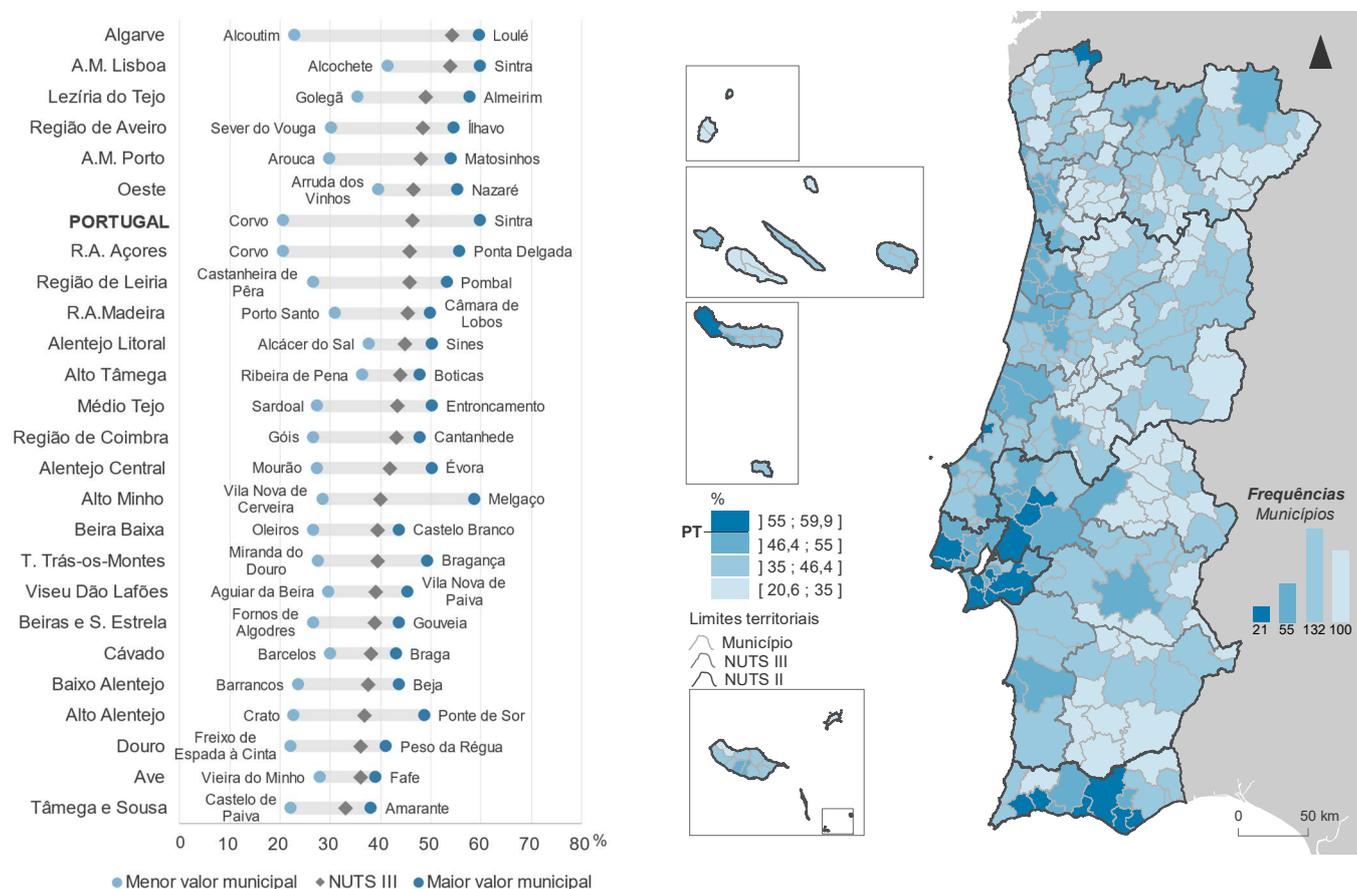
Ao nível dos municípios, 21 registaram taxas de abstenção superiores a 55%, localizados maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa (9 municípios num total de 18) e no Algarve (6 em 16). Sintra (59,9%), Loulé (59,6%) e Olhão (59,1%) salientaram-se com os maiores valores. Para além destas duas regiões, verificaram-se também taxas de abstenção superiores a 55%, em municípios do Alentejo – Almeirim (57,8%), Salvaterra de Magos (56,2%) e Benavente

(55,4%) –, no município de Melgaço (58,7%), no Norte, em Ponta Delgada (55,8%) na Região Autónoma dos Açores e, na Nazaré (55,4%) no Centro.

Por outro lado, os municípios com maior participação eleitoral pertenciam à região do Alentejo: entre os 10 municípios com taxas de abstenção inferiores a 25%, metade situavam-se naquela região. O município do Corvo (20,6%) registou a taxa de abstenção mais baixa do país.

A disparidade da taxa de abstenção entre municípios foi particularmente evidente no Algarve e na Região Autónoma dos Açores, com as maiores diferenças ocorridas entre os municípios de Loulé (59,6%) e Alcoutim (23,0%), no Algarve, e entre os municípios de Ponta Delgada (55,8%) e Corvo (20,6%), na Região Autónoma dos Açores.

**Figura 14 – Taxa de abstenção na eleição para as Autarquias Locais - Câmaras Municipais, Portugal, NUTS III e município, 2021**



**Fonte:** Secretaria-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral.

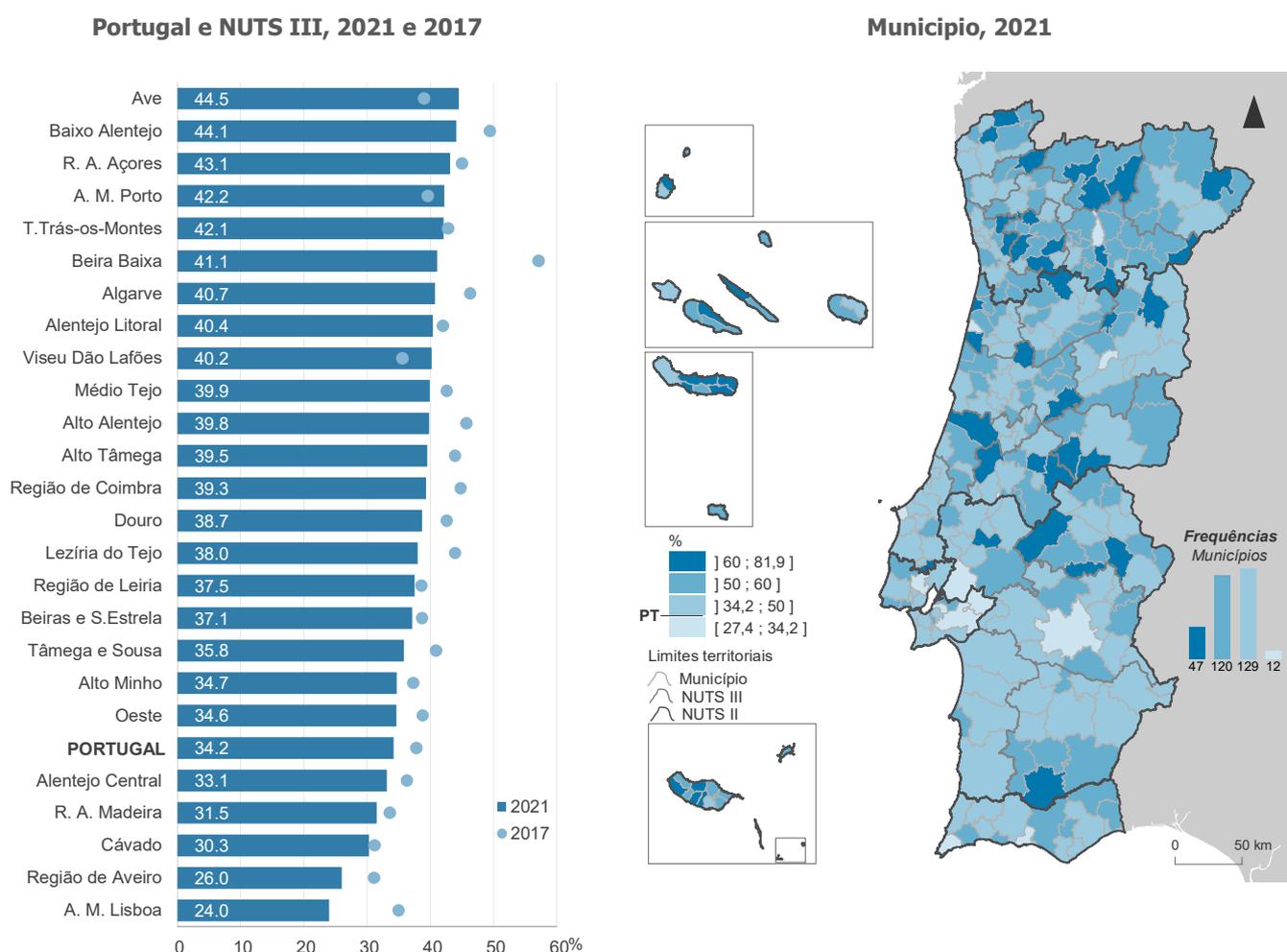
O partido/coligação mais votado obteve, na eleição de 2021 para as Câmaras Municipais, 34,2% dos votos, valor inferior ao verificado na eleição homóloga de 2017 (37,8%). Com exceção da Área Metropolitana do Porto, Viseu Dão Lafões e Ave, nas restantes sub-regiões NUTS III, verificou-se também uma diminuição da proporção de votos no partido/coligação mais votado na eleição de 2021 face à de 2017.

A análise deste indicador ao nível sub-regional evidencia alguns contrastes entre as NUTS III: a proporção de votos no partido/coligação em 2021 variou entre 24,0% na Área Metropolitana de Lisboa e 44,5% no Ave. Para além da Área

Metropolitana de Lisboa, a Região de Aveiro (26,0%), o Cávado (30,3%), a Região Autónoma da Madeira (31,5%) e o Alentejo Central (33,1%) verificaram também valores abaixo da média nacional.

Ao nível do município, verificava-se uma maior concentração de votos no partido/coligação mais votado em municípios da região Norte, Centro e nas regiões autónomas, destacando-se, com proporções superiores a 70%, os municípios de Sernancelhe (81,9%), Terras de Bouro (76,1%), Vizela (74,1%), Valpaços (73,8%), Vila Velha de Ródão (73,7%), Boticas (73,5%), Calheta (71,6%), Murtosa (71,1%), Almodôvar (70,8%) e São Vicente (70,5%). Por outro lado, apenas 12 municípios apresentaram proporções de votos no partido/coligação mais votado inferiores à média nacional, destacando-se os municípios de Évora (27,4%), Sabrosa (28,9%) e Montijo (29,5%) onde o partido/coligação mais votado obteve menos de 30% dos votos.

**Figura 15 – Proporção de votos no partido/coligação mais votado na eleição para as Autarquias Locais - Câmaras Municipais, Portugal, NUTS III e município**



Fonte: Secretaria-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral.

## >> NOTA TÉCNICA

A edição de 2021 dos Anuários Estatísticos Regionais dá continuidade ao novo formato de divulgação por subcapítulo, iniciado no ano anterior, na área dedicada aos Municípios do Portal de Estatísticas Oficiais, permitindo uma consulta mais direta aos dados integrados das sete regiões NUTS II do país.

Os conteúdos são apresentados em [Dossiês temáticos – Municípios – Anuários Estatísticos Regionais](#) encontrando-se organizados em quatro grandes capítulos — O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado — que, por sua vez, se subdividem em 27 subcapítulos de informação. No início de cada subcapítulo é apresentado um conjunto de indicadores de síntese para uma comparação mais imediata do posicionamento das diferentes unidades territoriais nos fenómenos retratados. Os quadros de informação são apresentados em português e inglês, disponibilizando hiperligações para os indicadores da Base de Dados on-line do Portal de Estatísticas Oficiais ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)), permitindo o acesso à série retrospectiva dos dados e respetiva metainformação.

A edição de 2021 dos Anuários Estatísticos Regionais baseia-se na Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2013). As NUTS 2013 portuguesas foram estabelecidas pelo Regulamento Europeu n.º 868/2014 e a sua aplicação no Sistema Estatístico Europeu e Nacional iniciou-se a 1 de janeiro de 2015.

Para a estruturação da informação de acordo com a intensidade de urbanização adotou-se a TIPAU 2014 que constitui uma classificação tripartida e exaustiva das freguesias do território nacional em três categorias: Área predominantemente urbana (APU), Área mediantemente urbana (AMU) e Área predominantemente rural (APR).

A divisão ao nível do município – unidade de referência para a maioria da informação disponibilizada – considera o Código da Divisão Administrativa do Sistema Estatístico Nacional (SEN) e a delimitação das circunscrições administrativas do País de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), produzida pela Direção Geral do Território (DGT).

Uma vez que a informação disponibilizada nos Anuários Estatísticos Regionais decorre de um vasto leque de operações estatísticas e fontes administrativas, o período de referência não é homogéneo. Contudo, o período de referência dos indicadores apresentados é, na sua maioria, referente ao ano de 2020.